

Estudos sobre comportamento eleitoral em municípios brasileiros

Sandra Avi dos Santos

Resumo

Esse trabalho descreve o estado da arte sobre comportamento eleitoral majoritário, no âmbito municipal no Brasil, desde a sua gênese nos anos de 1950 até as eleições de 2008. Não temos a ambição de realizar uma revisão analítica exaustiva, mas nos atemos em apresentar uma breve contextualização da literatura nacional à luz das três teorias que são reconhecidas e comumente utilizadas para abordar o comportamento eleitoral na literatura clássica internacional: a) a corrente sociológica; b) a corrente psicológica e c) a teoria da escolha racional. Avançando nessa discussão, consideraremos ainda a teoria institucional da escolha política. Ao longo desse levantamento deparamo-nos com três tendências principais, resultantes do desenvolvimento dessas pesquisas: i) nas últimas duas décadas, no Brasil, foram produzidos mais trabalhos que enfatizaram as disputas presidenciais do que pleitos estaduais e municipais; ii) neste período houve uma tendência a adotar a teoria da racionalidade para a explicação do comportamento eleitoral, assim como a teoria psicológica, em detrimento da corrente sociológica; iii) geralmente, as três correntes clássicas são tratadas de forma disjuntiva.

Palavras-chave: teorias do comportamento eleitoral; eleições majoritárias municipais no Brasil; determinantes do voto; reeleição.

Abstract

This work describes the state of art on majority voting behavior at the municipal level in Brazil, since its genesis in the 1950's until the 2008 elections. We don't aspire to perform a thorough analytical review, but we stick to present a brief overview of the national literature in the light of the three theories that are recognized and used repeatedly to address the voting behavior in the international classical literature: a) the sociological current; b) the psychological current and c) the rational choice theory current. Advancing in this discussion we will consider also the contemporary Institutional Theory of Political Choice. However, throughout this theoretical approach we are faced with three major trends, resulting from the development of this research: 1) in the last two decades in Brazil, were produced more works that emphasized the presidential races than states and local elections; 2) in this period there was a tendency to adopt the rational theory for the explanation of voting behavior, as well the psychological theory, to the detriment of sociological current; 3) generally, this three classical streams are treated in a disjunctive form.

Sobre a autora:

Sandra Avi dos Santos (nasdrinha@gmail.com) é Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Doutoranda em Sociologia pela mesma instituição.

Keywords: voting behavior theories; municipal elections in Brazil; determinants of voting; reelection.

Artigo recebido em 19 de março de 2012; aceito para publicação em 18 de maio de 2012.

Introdução

Ao considerarmos brevemente as três correntes clássicas internacionais que abordam o estudo do comportamento eleitoral, podemos considerar as seguintes afirmações: primeiro, a teoria sociológica pondera como explicação do comportamento eleitoral, não apenas a interação social, mas também os contextos sociais e políticos nos quais o indivíduo está inserido. Isto é, leva em conta para análise fatores como: ocupação, distribuição geográfica, situação econômica e social, religião, sexo, idade, escolaridade, entre outros aspectos relativos à situação dos eleitores. Nessa perspectiva, seria necessário analisar a natureza das relações, assim como os apelos momentâneos das campanhas, bem como o interesse de classe ou o aspecto cultural; segundo, a corrente psicológica tem como foco principal o indivíduo e suas motivações psicológicas. Para esta, entender a política é entender a mente do indivíduo, e nesse sentido, elementos como socialização, educação, valores adquiridos no âmbito familiar etc., refletirão diretamente na maneira do indivíduo pensar; por fim, a teoria da escolha racional pondera, de um modo geral, a não determinação completa das estruturas – econômicas, políticas e outras – sobre as ações individuais, o que caracteriza um processo de ‘escolha’ dos indivíduos na base da maximização das preferências e na crença dos melhores resultados. O núcleo da argumentação dessa teoria caracteriza-se por considerar as ações individuais como ações estratégicas possíveis desde que se preencham determinadas condições. Contemporaneamente, tem-se destacado na literatura internacional a corrente da teoria institucional da escolha política (SNIDERMAN & LEVENDUSCKY, 2009), abordagem esta que unifica as teorias da racionalidade e a psicológica. Sua principal hipótese é que os eleitores não tomam suas decisões de maneira aleatória, mas elaboram suas escolhas a partir de um cardápio de opções. Assim, a teoria institucional da escolha política apresenta dois tipos de mecanismos explicativos para a tomada de decisão: *i*) um interno, que se refere à escolha feita pelo eleitor entre as alternativas oferecidas; *ii*) um externo, voltado para entender as alternativas que são apresentadas pelos partidos (*idem*, p. 438).

A partir das teorias citadas acima, abordaremos os estudos sobre comportamento eleitoral no Brasil, tendo como foco o mapeamento de trabalhos que abordam as eleições majoritárias nos municípios. Em certa medida, tais pesquisas ainda representam uma lacuna na Ciência Política exercida no país, que tem privilegiado análises sobre eleições presidenciais.

Este trabalho está dividido em três partes, cada qual situando um determinado arco temporal específico: a primeira parte será dedicada ao entendimento da gênese dos estudos eleitorais da década de 1950 até a década de 1970; a segunda abordará o período da retomada democrática, e, por fim, a terceira parte focará as eleições municipais de 2008, seguido da conclusão.

Estudos sobre comportamento eleitoral municipal: da gênese ao contexto do regime ditatorial militar

Ao buscarmos na literatura brasileira a gênese dos estudos sobre comportamento eleitoral, deparamo-nos com o trabalho de Aziz Simão, datado de 1954 (SIMÃO, 1955). Conforme trecho da entrevista, que segue abaixo, concedida pelo sociólogo em 1989 a José Albertino Rodrigues e Vera Rita da Costa, a pesquisa desenvolvida por ele fez parte dos anais do I Congresso Brasileiro de Sociologia (CBS), publicada em 1955 sob o título “O voto operário em São Paulo”, e é considerada um dos primeiros trabalhos nessa linha de pesquisa. Em 1956 a “comunicação” apresentada no I CBS sobre o voto operário foi publicada em forma de artigo no primeiro número da *Revista Brasileira de Estudos Políticos*.

[...] - Como foi a acolhida ao seu trabalho sobre o comportamento eleitoral?

- Em 1954, por ocasião do quarto centenário da fundação de São Paulo, houve muitos congressos internacionais na cidade. Entre eles, o I Congresso Brasileiro de Sociologia, promovido pela Sociedade Brasileira de Sociologia, cujo presidente era Fernando de Azevedo. Antônio Cândido sabia que eu já havia feito o levantamento de dados da minha pesquisa e sugeriu que eu aproveitasse o congresso para fazer uma comunicação sobre o voto operário. Não se tratava de um prognóstico eleitoral, mas de uma análise do comportamento do proletariado nas eleições. Esse foi, ao lado do trabalho de Orlando de Carvalho feito em Minas Gerais, um dos primeiros estudos sobre pesquisa eleitoral realizados no país. (Aziz Simão em entrevista publicada em 1989)¹.

Em seu trabalho, Aziz Simão (1955) analisa o voto operário na cidade de São Paulo nas eleições de 1945 e 1947, e para tanto utiliza dados extraídos dos Boletins Eleitorais, referentes à apuração dos votos para as legendas partidárias para a Assembléia do Estado.

Para facilitar a análise e traçar um perfil do eleitorado e sua distribuição, o autor dividiu a cidade em quatro zonas “eleitorais operárias”, considerando taxas superiores a 40% de operários inscritos na região. Já para melhor compreender o comportamento eleitoral, Simão priorizou três aspectos: o eleitorado, a votação e o votante. No primeiro o autor concluiu que a maior concentração do eleitorado operário do estado de São Paulo encontrava-se na capital, sobretudo na zona mais industrialmente desenvolvida – região noroeste-sudeste (*idem*, p. 201-202). No segundo aspecto – o voto operário – o autor sugere que “o voto operário orientou-se predominantemente para o PCB e PTB” (*idem*, p. 208). Ao analisar o “votante operário” do final dos anos 1940, Simão expõe dois tipos de comportamento eleitoral, podendo ser o eleitor aquele que:

[...] se baseia no julgamento a respeito de um candidato ou partido e o que resulta de relações simpáticas com terceiros ou de circunstâncias ocorrentes no momento da votação. O primeiro é peculiar aos seguidores de um partido ou chefe e o segundo aos indiferentes à ação partidária, pessoas dos candidatos ou preenchimento dos cargos. Tem sido geralmente observados – ainda – casos de duplicidade de comportamento em um mesmo indivíduo, que se comporta diferentemente conforme sejam os candidatos ou cargos em eleição (SIMÃO, 1955, p. 209).

Ao longo da análise o autor observou, ainda, que os eleitores operários nas eleições para o poder Executivo manifestavam maior motivação no momento da escolha do candidato em detrimento da escolha para o poder Legislativo, sendo este muitas vezes visto pelo eleitor como “dispensável para a constituição do governo”. A partir disso, considerando os tipos de comportamento eleitoral observados, o autor concluiu que os eleitores operários não tinham um comportamento único no que concernia às eleições para o poder Executivo e poder Legislativo. Podiam votar em um determinado partido para o poder Executivo e num outro para o poder Legislativo, não seguindo a lógica do voto partidário. Ou ainda, ao votar em um candidato para o Executivo podiam não seguir a sua indicação para o Legislativo. Esse comportamento, por exemplo, “levou o PTB, em 1950, a explicar e recomendar aos eleitores de seu chefe a necessidade de votar, não só nele, mas na chapa completa” (*idem*, p. 210).

Ao construir a tipologia do eleitor operário de São Paulo, o autor apresenta o perfil daqueles que votaram no PCB e no PTB. Eleitores do PCB ou do seu líder eram, na sua maioria, nascidos na capital paulista, homens, entre 18 e 40 anos e trabalhavam em “serviços qualificados”. Estavam insatisfeitos com as condições de vida e com a Legislação Trabalhista – mesmo esta tendo trazido benefícios, esse eleitorado não a considerava suficiente. Aspiravam ainda uma reforma tanto econômica quanto social. Já o eleitorado do PTB ou seu chefe não tinham origem e ocupação profissional única. Entre aqueles operários que moravam na cidade de São Paulo, provenientes provavelmente do campo, em sua maioria concentravam-se nos velhos bairros industriais – leia-se, zonas periféricas ou suburbanas; eram homens com mais de 40 anos e mulheres com idades diferentes, ambos com baixa qualificação profissional. Reconheciam que a Legislação Trabalhista havia trazido benefícios e segurança e, portanto, tinham o desejo de mantê-la. As suas motivações em votar no PTB estavam ainda atreladas a “certas melhorias de vida individualmente alcançadas, unidos à atribuição de qualidades paterno-carismáticas ao seu chefe” (*idem*, p. 211-212). Em suma, ao final da leitura do trabalho de Aziz Simão é possível perceber que o autor, a despeito da incompletude de dados e das restrições impostas pelas condições de trabalho existentes (*idem*, p. 209), teve sua pesquisa reconhecida ao fornecer inúmeros elementos que serviram como mote para as gerações posteriores, como por exemplo: a distribuição de resultado por região, renda e sexo; os votos de classe; partidário; personalista e ideológico.

Silveira (2002a), ao fazer o levantamento da produção sobre estudos eleitorais no Brasil, também percebe a obra de Aziz Simão – para nós 1954, para ele, 1956 – como pioneira ao analisar o comportamento do voto. Ao prosseguir com sua análise sobre a produção intelectual brasileira, Silveira afirma que:

Nos primeiros estudos eleitorais propriamente ditos, publicados no início dos anos 1960 na *Revista Brasileira de Estudos Políticos* e no livro *Comportamento eleitoral no Brasil*, organizado por Cavalcanti e Dubnic (1964), as análises do eleitorado e das disputas eleitorais são preliminares e relativamente superficiais. De um modo geral, os exames dos processos eleitorais estão voltados aos temas da escolha dos candidatos, da motivação dos candidatos para o pleito, da descrição dos acontecimentos da campanha eleitoral, das características da propaganda eleitoral, da situação dos partidos em consequência do pleito, da renovação das assembleias, da idade dos eleitos, da sua situação econômica e do seu nível intelectual. As poucas menções ao eleitorado referem-se ao número de pessoas que com-

pareceram às urnas e aos resultados oficiais do pleito. Nestes estudos sobre o “comportamento eleitoral”, o eleitor é o grande ausente. Eles descrevem alguns aspectos da campanha eleitoral, mas não explicam as razões de um ou outro comportamento do eleitorado. As tentativas de explicação recorrem ao modelo anteriormente mencionado [...] (*idem*, p. 357).

A citação acima ilustra nossa dificuldade em esboçar um aprofundamento sobre os estudos que abordam o comportamento eleitoral anteriores a 1970. Dessa forma, os trabalhos a seguir fazem parte da produção acadêmica da década de 1970 e estão centrados em um ambiente de disputa bipartidária (MDB X Arena) e em eleições de municípios do interior do Brasil. Isso porque o Ato Institucional n. 3 (o AI 3), datado de 5 de fevereiro de 1966, determinava que os prefeitos de capitais e dos municípios tidos como “área de segurança nacional” seriam indicados por nomeação pelos governadores de estado.

Nesse sentido, os primeiros *surveys* realizados com vistas a analisar o comportamento eleitoral em eleições municipais, deu-se por ocasião do pleito de 1976, e as quatro cidades de médio porte do interior (Caxias do Sul [RS], Juiz de Fora [MG], Presidente Prudente [SP] e Niterói [RJ]) foram contempladas com análises sobre o perfil do eleitorado que, mais tarde, em 1978, foram reunidas e compiladas no livro *Os partidos e o regime*, organizado por Fábio Wanderley Reis (1978b).

Sob intenções analíticas, orientações metodológicas e resultados diversos, os quatro estudos investigaram de forma mais aprofundada as circunstâncias específicas de cada cidade, na verdade bem distintas entre si, e as conseqüências daquele pleito numa disputa bastante polarizada.

Começando pelas motivações e perguntas formuladas pelos autores, Trindade e Cew (1978) em relação a Caxias do Sul (RS) propõem-se a analisar comparativamente o comportamento eleitoral entre grandes centros urbanos e cidades com características agro-industriais. Já a pesquisa em Juiz de Fora (MG), conduzida por Fábio Wanderley Reis (1978a), buscou entender a brusca mudança de orientação política daquela cidade, cujas raízes oposicionistas consolidadas pela herança do antigo PTB e pela forte presença operária não impediram o voto na Arena e a eleição de um vereador a mais por aquele partido, em detrimento dos candidatos do MDB. A mudança de orientação também foi vista com interesse analítico por Bolívar Lamounier (1978), em seu estudo sobre a cidade de Presidente Prudente (SP), uma vez que nas eleições de 1974 o MDB havia ganhado as eleições para a Assembléia Estadual e para o Senado, e em 1976 havia perdido para a Arena no pleito local. Por fim, Olavo Brasil de Lima Jr. (1978) interessou-se pela situação peculiar de Niterói, que em 1976 vivenciara a primeira eleição para prefeito ao deixar de ser a capital do estado do Rio de Janeiro.

Em se tratando de cidades com histórias e perfis distintos, as orientações metodológicas também foram igualmente variadas, embora a corrente sociológica tenha predominado nesse período. Assim, visando entender se havia a reprodução do “comportamento político típico dos grandes centros urbanos” numa cidade de médio porte como Caxias do Sul, Trindade e Cew (1978, p. 146) localizaram a “identificação partidária” como a mais relevante dentre outras variáveis – tais como “idade”, “escolaridade”, “auto-identificação de classe social” – para a escolha do voto num cenário de alto grau de competição entre

MDB – com a ênfase em temas mais abrangentes e de caráter nacional – e Arena – com sua ênfase em problemas restritos ao âmbito municipal. Já o interesse pelo grau de “consciência de classe” foi testado a partir da análise de variáveis como “escolaridade”, “posição socioeconômica”, “preferência partidária” e “satisfação com o governo”, mobilizadas por Reis (1978a) para estabelecer correlações entre temas de âmbito nacional, como voto direto e do analfabeto, política salarial, e a preferência partidária, durante o pleito de Juiz de Fora. A ênfase quanto aos temas locais e aos serviços municipais em Presidente Prudente chamou a atenção de Lamounier (1978), uma vez que naquela cidade, os candidatos da Arena e do MDB pouco se diferenciavam entre si, e a vitória da Arena foi resultado da maior capacidade do seu candidato em construir sua imagem modernizante. Nesse sentido, o estudo de Lamounier estabelecia correlações entre intenção de voto e avaliação de serviços públicos como água, esgoto, escola e atendimento médico. Já o estudo sobre Niterói, feito por Lima Jr. (1978), levou em conta o impacto das variáveis sócio-demográficas no voto, em razão da posição estratégica que aquela cidade tinha em relação ao interior do novo estado do Rio de Janeiro.

Por último, os resultados das análises acima revelaram heterogeneidade no que diz respeito ao comportamento eleitoral: *i*) em Caxias do Sul, a pesquisa começada por Trindade e Cew (1978) correlacionou a abrangência de questões (se nacionais ou locais) a preferências partidárias (respectivamente MDB e Arena); *ii*) o estudo de Fábio Wanderley Reis (1978a) concluiu que as questões de âmbito nacional, além de permitirem identificar a preferência partidária, variavam em razão do nível de renda do eleitor; *iii*) o quadro apresentado por Lamounier (1978) para a cidade de Presidente Prudente concluiu que mesmo os eleitores que consideravam os serviços públicos municipais ruins ou péssimos não tenderam seu voto à oposição (isto é, ao MDB); *iv*) Lima Jr. (1978) relacionou a vitória do MDB em Niterói ao perfil sócio-demográfico do eleitorado daquela cidade, particularmente a variável “escolarização”.

Em linhas gerais, assim como o “eleitor operário”, analisado por Simão (1954), demonstrava sua satisfação ou não com o governo ao avaliar se a Legislação Trabalhista, em vigor na época, tinha ou não melhorado sua vida de alguma forma, os estudos presentes na década de 1970 demonstraram que os eleitores das cidades médias interioranas – considerando o sistema bipartidário –, não satisfeitos com o regime tendiam a votar no MDB, partido que passou a ser identificado como partido do “povo” e comprometido com a mudança social.

Estudos sobre comportamento eleitoral municipal no período pós-redemocratização

Conforme acabamos de ler, a década de 1970 foi muito frutífera no que diz respeito a produções de pesquisas que tentaram elucidar o comportamento do eleitor. Após um período de menor produção na década de 1980, durante a retomada democrática nos anos 1990 há uma emergência de trabalhos sobre comportamento eleitoral com um viés diferente do anterior. Se na década de 1970 havia um maior foco nos estudos que consideravam a corrente sociológica – ainda que em alguns trabalhos já pudesse ser percebida a utilização, ainda incipiente, das outras teorias –, na de 1990 teremos a emergência da teoria da

escolha racional que, ao longo de 20 anos, irá consolidar-se e reger vários estudos. *A decisão do voto: democracia e racionalidade*, de Figueiredo (1991) foi a obra responsável por inaugurar essa nova fase de interpretações do comportamento eleitoral no Brasil, seguida dos estudos: *A democracia nas urnas*, de Lavareda (1991); *Transição, eleições e opinião pública*, de Baquero e Arturi (1995), entre outros. Tais estudos davam ênfase às disputas presidenciais.

A década subsequente inicia-se com os estudos de Soares (2000) que, diferente do contexto bipartidário apontando anteriormente, analisa o modelo multipartidário nas eleições de 1998 em Brasília e a satisfação do eleitor com os últimos governadores. Vale lembrar aqui que, mesmo Brasília sendo considerada um estado da federação, a pesquisa de Soares – que é sobre poder local – analisa-a como um município, por tratar-se de uma unidade administrativa singular, possuindo atribuições específicas de gestão municipal, como trânsito, educação e transporte.

Em seguida, a coletânea organizada por Silveira (2002b), *Estratégia, mídia e voto*, tem como tema as eleições municipais de 2000. Os oito trabalhos apresentados focam tanto as campanhas quanto os resultados de oito capitais de estado, e apesar das diferenças e especificidades de cada cidade, a tendência comum à bipolarização das campanhas e seu caráter plebiscitário foi notado, fenômeno esse acentuado pelo mecanismo de eleição em dois turnos e pela possibilidade de reeleição.

Segundo Chaia *et alii* (2002), nas eleições de 2000 em São Paulo, a bipolarização foi bastante acentuada em função do desgaste da longa herança malufista, agravada pela insatisfação com o prefeito Celso Pitta (PP), afilhado político de Paulo Maluf, e da ascensão do Partido dos Trabalhadores. Nesse sentido “a majoritária avaliação negativa da gestão de Celso Pitta parece ter exercido o papel de patamar comum no mapa de orientação dos eleitores” (*idem*, p. 45).

Já no Rio de Janeiro, a relativa pouca diferenciação entre o ex-Prefeito César Maia (PTB) e o então Prefeito Luiz Paulo Conde (PFL), ex-aliados e então adversários, repercutiu na vitória do primeiro por uma diferença de apenas 2,2 pontos percentuais (FIGUEIREDO, 2002). Situação semelhante ocorreu em Belo Horizonte, onde o Prefeito Célio de Castro (PSB) não teve um adversário com projeto antagonico: a oposição oferecia possibilidades de avanços e não de mudanças, e diante desse cenário, os eleitores optaram por ficar com o projeto já conhecido, evitando os riscos de uma troca de governo. Nesse sentido, a análise de Camargos (2002, p. 104) identificou o voto retrospectivo como tendência predominante entre os eleitores da capital mineira, o mesmo ocorrendo em Salvador e Porto Alegre. Na capital baiana, o então Prefeito Imbassahy (PFL) reelegeu-se com base na aprovação de sua gestão (RUBIM, 2002), ao passo que a eleição na capital gaúcha, cuja administração do PT completava 12 anos e era considerada boa ou ótima para pouco mais da metade dos eleitores, resultou em mais quatro anos de mandato para aquele partido (SILVEIRA, 2002b).

O índice de rejeição foi importante para definir o pleito na cidade de Goiânia, uma vez que nenhum dos candidatos que foram ao segundo turno eram da situação: o resultado foi que Pedro Wilson (PT), que tinha o menor índice de rejeição no primeiro turno, enfrentou Darci Arccosi (PTB), que liderava o índice de rejeição e acabou derrotado pelo primeiro (PAIVA, 2002). Por outro lado, o alto índice de aprovação da gestão municipal do prefeito de Curitiba, Cássio Taniguchi

(PFL), não se converteu integralmente em intenções de voto, embora fosse suficiente para reconduzi-lo ao cargo, ainda que por uma margem de apenas três pontos percentuais (CERVI & FUKS, 2002).

Percebe-se, portanto, que os estudos sobre comportamento eleitoral no Brasil, compreendidos no período pós-redemocratização, ampliam o escopo de teorias sobre os padrões de voto para além da corrente sociológica, em particular acentuando o viés da teoria da escolha racional, embora ainda muito restritos às eleições presidenciais. Por outro lado, há um interesse emergente por parte dos pesquisadores em retomar os estudos sobre comportamento eleitoral a partir das eleições locais, como veremos a seguir.

Estudos sobre comportamento eleitoral municipal nas eleições municipais de 2008

Diante da constatação quanto à lacuna sobre estudos que focam eleições municipais, alguns pesquisadores têm se lançado à tarefa de entender o comportamento eleitoral nessa esfera, e nesse sentido as eleições de 2008 geraram alguns trabalhos importantes nesta área.

Telles *et alii* (2009) investigou, entre outros fatores, a influência das estratégias de campanha eleitoral televisiva para o resultado das eleições de 2008, tendo como pressuposto a idéia de que a campanha política emerge como uma instância organizadora de informações, fornecendo ao eleitor dados sobre os candidatos e adversários, permitindo a construção da imagem, agenda e propostas políticas (*idem*, p. 140). Nesse sentido, os eleitores podem distinguir entre seus problemas individuais e os coletivos, observar as diferentes esferas de poder e responsabilizar os distintos níveis de governo pelas dificuldades que enfrentam, bem como separar a atual situação das expectativas futuras, tornando complexo o percurso até o voto.

Nas eleições municipais de Porto Alegre, Marengo (2009) aponta que ao final do primeiro turno, houve uma inversão no que diz respeito à avaliação da administração do prefeito que tentava a reeleição. A pesquisa Ibope do final de setembro indicava 46% de avaliação positiva, contra apenas 25% de março do mesmo ano, segundo a pesquisa Vox Populi. Desse modo, segundo Marengo, as condições que levaram Fogaça à reeleição foram: *i*) o fato de ter conseguido melhorar a avaliação do seu governo durante a campanha e *ii*) a falta de uma estratégia comparativa feita pelo PT, que havia perdido as eleições em 2004, desgastado pelos 16 anos de administração na capital gaúcha. Marengo (*idem*), em consonância com a teoria institucional da escolha política, considera ainda nos casos de eleições em dois turnos, as seguintes variáveis: *i*) o tamanho dos partidos e coalizões eleitorais – porque são fatores importantes na competição durante o primeiro turno; *ii*) a avaliação positiva do desempenho governamental – porque essa pode ser a variável explicativa relevante para o resultado final da competição; *iii*) a imagem do candidato; *iv*) a avaliação do desempenho governamental; *v*) maior ou menor rejeição.

Em consonância com os estudos de Marengo, Veiga, Avi dos Santos e Neves (2010), ao analisarem o peso da satisfação do eleitor com a administração dos prefeitos candidatos a reeleição em 2008 em oito capitais, evidenciaram que aqueles que foram reeleitos no primeiro turno contavam no início do período eleitoral com mais de 50% de aprovação de sua gestão, além de terem baixo

percentual de rejeição. Por outro lado, aqueles que foram reconduzidos ao cargo no segundo turno eram avaliados positivamente por cerca de 40% dos eleitores², mas sua taxa de rejeição era alta em relação à do adversário. Contudo, os candidatos à reeleição conseguiram, ao longo do segundo turno, reduzir ou reverter as taxas de rejeição. Das 20 capitais onde prefeitos visavam à reeleição, 19 tiveram êxito, com exceção do prefeito de Manaus.

Avançando no que diz respeito à adoção da teoria institucional da escolha política, Avi dos Santos (2011) analisou o caso de Manaus apontando que “os eleitores elaboram suas escolhas a partir de cardápio de opções” (SNIDERMAN & LEVENDUSCKY, 2009). Nesse sentido, os mecanismos internos, tais como a satisfação com a gestão do prefeito, a rejeição ao prefeito e a rejeição ao seu principal adversário, influenciaram na não reeleição do Prefeito Serafim Correa uma vez que: *i*) as taxas de avaliação positiva da gestão eram baixas; *ii*) o mesmo não conseguiu reverter em votos o total do percentual entre aqueles que aprovavam sua gestão; *iii*) a taxa de rejeição era maior do que a de seu adversário. As desvantagens contemplaram também os mecanismos externos: *i*) baixa capilaridade, que refletiu na dificuldade de governabilidade; *ii*) maior força do grupo político hegemônico do adversário.

Por fim, Lavareda e Telles (2011) organizaram a coletânea *Como o eleitor escolhe seu prefeito: campanha e voto nas eleições municipais*, a qual aborda as eleições de 2008 em 12 capitais. Em suas conclusões, Lavareda e Telles apontam uma questão pouco elucidada na literatura brasileira sobre comportamento eleitoral: o “uso pelo eleitor de padrões diferenciados para votar em cada uma das esferas eleitorais” (*idem*, p. 369). Tal dificuldade quanto ao diagnóstico dos diferentes padrões decorreria de questões conjunturais e relativas à especificidade que os planos local, estadual e nacional possuem. Nesse sentido, os casos analisados de eleições em capitais bastante distintas entre si, permitiriam aos pesquisadores realizarem certas inferências sobre as lógicas orientadoras da escolha do prefeito: embora sob o signo do continuísmo e das parcerias, o eleitorado teria reagido de modo distinto em cada uma das disputas.

Nesse sentido, os autores admitem que as eleições de 2008 apresentaram um quadro bastante variado de situações, as quais ilustram a diversidade de padrões de comportamento eleitoral: *i*) em Curitiba e Goiânia, a agenda local predominou sobre a conjuntura estadual, e o voto retrospectivo do eleitor pode explicar essa dissociação entre os respectivos planos, reforçada pelas circunstâncias políticas e sobretudo, socioeconômicas que garantiam àquelas capitais maior autonomia frente aos recursos dos governos estaduais; *ii*) já em Belo Horizonte e São Paulo, o debate foi federalizado em razão das estratégias partidárias do PSDB e do PT com vistas às eleições nacionais de 2010, uma vez que se tratavam de capitais cujos estados eram governados pelo principal partido de oposição ao governo federal. Nessas cidades, a federalização refletiu-se nas campanhas e abrigou tanto retóricas ideológicas, evidenciadas na longevidade dos blocos partidários na condução das prefeituras (ilustrado também pelo caso de Florianópolis), como também retóricas personalistas que ressaltavam os “atributos funcionais ou simbólicos dos candidatos vitoriosos que foram apoiados pelos governadores de seus respectivos estados” (*idem*, p. 370); *iii*) Recife e São Paulo ilustraram também o predomínio da preferência partidária, responsável, no primeiro caso, pela eleição de um prefeito sem expressiva presença política, e, no segundo, pela mobilização do “antipetismo” como fator determinante para

a eleição do prefeito; *iv*) por sua vez, as eleições em Fortaleza ilustraram o predomínio da avaliação retrospectiva como padrão que orientou o eleitorado, combinando o voto ideológico com o voto mais pragmático; *v*) a importância da avaliação do prefeito também foi fator de destaque em algumas cidades, como Salvador e Porto Alegre, que ilustraram situações nas quais a má-avaliação de seus respectivos prefeitos foi revertida nas campanhas, reposicionando-os na disputa e garantindo a reeleição. Tal situação teria demonstrado, ainda, os efeitos das estratégias retóricas, do tempo de rádio e televisão e dos recursos financeiros dos partidos e candidatos na decisão de voto; *vi*) em Manaus, um dos fatores que influenciou na não reeleição do prefeito foi a força opositora do grupo político hegemônico, tanto no nível estadual como no municipal. Além disso, os estudos apontaram que as variáveis baixa escolaridade, baixa renda e alto grau de insatisfação com a administração estavam correlacionadas com o voto no adversário.

A diversidade de padrões de voto que casos como os citados acima apresentaram nas eleições de 2008 reforça o argumento dos autores quanto à necessidade de estudos mais precisos, capazes de suprir algumas lacunas e reorientar certas perspectivas rotineiramente admitidas, tais como: o relativo descaso quando ao papel da mídia e das campanhas políticas sobre a decisão de voto; a predominância da idéia de que boas democracias dependeriam apenas de eleitores sofisticados, educados e bem-informados; o peso desigual com que certas variáveis são selecionadas para os testes de hipóteses sobre comportamento eleitoral; o pouco aprofundamento de metodologias quantitativas e qualitativas capazes de explorar o sentido das ações e de condutas políticas; a carência de diálogo com outras áreas do conhecimento, tais como Antropologia e História, que poderiam contribuir para estudos de memória, de biografias e da história política; a escassez de estudos comparativos, particularmente com a realidade latino-americana. Prosseguindo com o diagnóstico, os autores sugerem, a partir da análise dos estudos presentes na coletânea, que a compreensão da escolha eleitoral nas disputas municipais demanda a crescente mobilização e articulação de diversos marcos teóricos, a sofisticação de metodologias quantitativas e sua combinação com melhores pesquisas qualitativas e, finalmente, a incorporação de “análises mais recentes sobre o papel das emoções e sentimentos nas estratégias de comunicação” (*idem*, p. 373).

Conclusões

Ao esquadrinharmos a literatura brasileira sob o olhar das teorias do comportamento eleitoral, notamos que, desde os anos 1950, os pesquisadores dessa linha acabaram por estabelecer um conjunto sistematizado de interpretações, teorias, conceitos e revisões críticas os quais, em conformidade com a literatura internacional, possibilita-nos, hoje, avançarmos nas explicações que influenciam a determinação do voto, seja em eleições ou em reeleições presidenciais, estaduais e municipais, seja para os cargos do poder Legislativo. Todavia, ao longo desse levantamento teórico nos deparamos com três tendências principais, resultantes do desenvolvimento destas pesquisas: *i*) nas últimas duas décadas foram produzidos mais trabalhos que enfatizaram as disputas presidenciais do que pleitos estaduais e municipais, principalmente no que diz respeito à reeleição, pois esse ainda é um evento recente em nosso país; *ii*) nesse período houve

uma tendência em adotar a teoria da racionalidade para a explicação do comportamento eleitoral, assim como a teoria psicológica, em detrimento da corrente sociológica; *iii*) geralmente as correntes que focam o comportamento eleitoral tem sido tratadas de forma disjuntiva.

Contudo, nos estudos mais recentes tem havido um esforço por parte dos pesquisadores em duas direções: *i*) em reconhecer a importância dos estudos sobre eleições locais e *ii*) em contribuir com análises que visam superar o caráter disjuntivo e/ou excludente das teorias sobre comportamento eleitoral, adotando dessa forma a teoria institucional da escolha política.

Notas

1. Disponível em: http://www.canalciencia.ibict.br/notaveis/livros/azis_simao_19.html. Acesso em 7.maio.2012.
2. As autoras utilizaram os bancos de dados cedidos pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope).

Referências

- AVI DOS SANTOS, S. 2011. *Comportamento do voto: reeleições dos prefeitos em capitais brasileiras – 2008*. Curitiba. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal do Paraná.
- BAQUERO, M. & ARTURI, C. S. 1995. *Transição, eleições e opinião pública*. Porto Alegre: UFRGS.
- CAMARGOS, M. 2002. Belo Horizonte: a manutenção do status quo. In: SILVEIRA, F. E. (org.). *Estratégia, Mídia e Voto*. Porto Alegre: PUC-RS.
- CAVALCANTI, T. & DUBNIC, R. (orgs.). 1964. *Comportamento eleitoral no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- CERVI, E. & FUKS, M. 2002. Curitiba, a disputa plebiscitária. In: SILVEIRA, F. E. (org.). *Estratégia, mídia e voto*. Porto Alegre: PUC-RS.
- CHAIA, V.; MENEGUELLO, R.; AZEVEDO, F. & SCHMITT, R. 2001. São Paulo: embate partidário, mídia e comportamento eleitoral. In: SILVEIRA, F. E. (org.). *Estratégia, mídia e voto*. Porto Alegre: PUC-RS.
- FIGUEIREDO, M. 1991. *A decisão do voto democracia e racionalidade*. Belo Horizonte: UFMG.
- _____. 2008. *A decisão do voto: democracia e racionalidade*. Belo Horizonte: UFMG.
- FIGUEIREDO, M.; VEIGA, L. F. & ALDE, A. 2002. Rio de Janeiro: César versus Conde e a nova política carioca. In: SILVEIRA, F. E. (org.). *Estratégia, mídia e voto*. Porto Alegre: PUC-RS.
- LAMOUNIER, B. 1978. Presidente Prudente: o crescimento da oposição num reduto arenista. In: REIS, F. W. (org.). *Os partidos e o regime*. São Paulo: Símbolo.
- LAVAREDA, A. 1991. *A democracia nas urnas: o processo partidário brasileiro*. Rio de Janeiro: Rio Fundo.
- _____. & TELLES, H. S. (orgs.). 2011. *Como o eleitor escolhe seu prefeito: campanha e voto nas eleições municipais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- LIMA JR., O. B. 1978. Articulação de interesses, posição socioeconômica e ideologia: as eleições de 1976 em Niterói. In: REIS, F. W. (org.). *Os partidos e o regime*. São Paulo: Símbolo.
- MARENCO, A. 2009. O voto em dois tempos: notas sobre as eleições 2008 em Porto Alegre. In: BAQUERO, M. & CREMONESE, D. (orgs.). *Eleições municipais 2008: uma análise do comportamento eleitoral Brasileiro*. Ijuí: UNIJUÍ.

- PAIVA, K. 2002. Goiânia: voto partidário ou voto pela ética na política. In: SILVEIRA, F. E. (org.). *Estratégia, mídia e voto*. Porto Alegre: PUC-RS.
- REIS, F. W. 1978a. Classe social e opção partidária: as eleições de 1976 em Juiz de Fora. In: REIS, F. W. (org.). *Os partidos e o Regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro*. São Paulo: Símbolo.
- _____. 1978b. *Os partidos e o regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro*. São Paulo: Símbolo.
- RUBIN, A. A. 2002. Salvador: a permanência da hegemonia carlista. In: SILVEIRA, F. E. (org.). *Estratégia, mídia e voto*. Porto Alegre: PUC-RS.
- SILVEIRA, F. E. 2002a. Pesquisas, enquetes e estudos eleitorais. *Civitas*, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 351-384, dez.
- _____. (org.). 2002b. *Estratégia, mídia e voto*. Porto Alegre: PUC-RS.
- SIMÃO, A. 1955. *O voto operário em São Paulo*. Trabalho apresentado no I Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado em São Paulo de 21 a 27 de junho de 1954. Digit.
- SNIDERMAN, P. & LEVENDUSKY, M. 2008. An Institutional Theory of Political Choice. In: DALTON, R. & KLINGEMANN, H. (eds.). *The Oxford Handbook of Political Behavior*. Oxford: Oxford University.
- SOARES, G. A. D. 2000. Em busca da racionalidade perdida. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 5-23.
- TELLES, H. S.; LOURENÇO, L. & STORNI, T. P. 2009. Partidos, campanhas e voto: como o eleitor decide nas eleições municipais. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 12, n. 1, p. 91-116, jan.-jun.
- TRINDADE, H. & CEW, J. 1978. Confrontação política e decisão eleitoral: as eleições municipais de 1976 em Caxias do Sul. In: REIS, F. W. (org.). *Os partidos e o regime*. São Paulo: Símbolo.
- VEIGA, L. F.; AVI DOS SANTOS, S. & NEVES, D. 2010. *Prefeito bem avaliado, prefeito reeleito?* Sobre o peso da satisfação na eleição municipal. Trabalho apresentado no 7º Encontro da ABCP, realizado em Recife de 4 a 7 de agosto. Digit.